

Para além dos muros da Universidade: contribuições da Antropologia para a Lei 10.639/03 e o Parecer 38/06 do CNE/CEB¹

Mauro Meirelles²
Graziele Ramos Schweig³

Resumo: Pensar a Antropologia fora da Academia não é tarefa fácil, tornando-se um desafio maior quando se quer pensar sua relação com a Educação. Assim, este trabalho visa explorar contribuições que a Antropologia pode oferecer à implementação de duas normatizações que modificam a LDB. Uma delas diz respeito ao Parecer do CNE/CEB 38/06, o qual introduz a Sociologia no Ensino Médio e requer uma reflexão atualizada sobre a formação de licenciados em Ciências Sociais e metodologias de ensino que dêem conta da transposição de conteúdos para tal nível de ensino. Além disso, há a Lei 10.639/03, que torna obrigatória a temática "História e Cultura Afro-Brasileira" como conteúdo transversal das aulas de Artes, História e Literatura. Com isto, propomos, também, discutir o papel do conhecimento antropológico na formação de tais professores, dado que estes devem se ocupar de temas caros à Antropologia.

Palavras-chave: Educação; Antropologia; Lei 10.639

Introdução

O presente trabalho visa explorar a contribuição que a Antropologia tem a oferecer para a Educação Básica no que tange a recentes normatizações que modificam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), impondo novos desafios às Ciências Sociais e à Antropologia em especial, no âmbito do debate sobre Educação. Estas normatizações se referem, primeiramente ao Parecer 38/06 do CNE/CEB, que faz retornar à Educação Básica o ensino de Sociologia. Em segundo lugar, temos a Lei 10.639/03, a qual institui como obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras de modo transversal das aulas de Artes, História e Literatura.

Dessa forma, o presente texto está dividido em quatro partes. Na primeira delas buscamos traçar um histórico das relações entre Antropologia e Educação, de modo a situar o debate aqui proposto. Na segunda parte, tratamos do modo como a Antropologia é chamada a constar no currículo do Ensino Médio, dentro dos conteúdos da disciplina de Sociologia. Daremos ênfase à reflexão acerca do desenvolvimento de novas metodologias de ensino que ajudem os professores a realizarem a transposição didática de conteúdos para esse nível de ensino. Em uma terceira parte, discutiremos o modo como a Antropologia pode contribuir

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² Doutorando em Antropologia Social – PPGAS/UFRGS.

³ Mestranda em Antropologia Social – PPGAS/UFRGS.

para a inserção da temática de História e Cultura Afro-Brasileira, em especial apresentando alguns conceitos antropológicos que podem auxiliar os professores e alunos nesta temática. Por último, realizamos uma reflexão comparativa acerca do ensino de Antropologia para os cursos de Ciências Sociais e para os demais cursos de graduação, enfocando os modos como a especificidade da Antropologia é construída nesses dois contextos distintos.

1. Antropologia e Educação: um diálogo a ser melhor explorado

Apesar da História da Antropologia apontar importantes antropólogos que se tornaram referência para o estudo de questões educacionais, tais como Margaret Mead, o debate entre Antropologia e a Educação é muito raramente explorado hoje em dia (GUSMÃO, 1997). Poucos antropólogos dedicam sua carreira ao estudo da temática da Educação, a não ser como um tema que tangencia seus interesses centrais, como a questão indígena (educação indígena) e a Antropologia da Religião (ensino religioso nas escolas). Um dos motivos para a existência de um hiato entre Antropologia e Educação se deve em função do campo de estudos da Educação, constituído fundamentalmente como interdisciplinar, ser relegado pelos antropólogos ao domínio da prática, da intervenção pedagógica. Assim, o estatuto dos estudos sobre educação acaba recebendo um valor menor.

Além da tomada da educação como objeto de estudo, por parte dos antropólogos, há também pouca reflexão em torno do ensino de Antropologia – não há debates sobre metodologias de ensino, sobre estratégias de aproximação com o saber antropológico em sala de aula. Alguns autores têm afirmado o quanto o peso do passado da Antropologia, constituída em meio ao projeto colonizador europeu, tem dificultado que se pense a prática da disciplina fora dos domínios da pesquisa acadêmica em sentido estrito (ANJOS; LEAL, 1999). Desse modo, um debate mais estreito com a área da Educação requer que a Antropologia se repense para dar respostas a questões muitas vezes práticas, desenvolvendo novas formas de operacionalização de seu saber que não voltadas à pesquisa acadêmica.

No entanto, ao mesmo tempo em que há poucos antropólogos pensando a Educação, há um grande número de trabalhos ditos qualitativos ou mesmo "etnográficos", realizados no âmbito dos Programas de Pós-graduação em Educação, por profissionais sem formação em Antropologia e sem que se estabeleça um diálogo mais aprofundado com a tradição antropológica. O uso dessas abordagens da Antropologia para compreender a “vida escolar cotidiana” (ANDRÉ, 1997) tem retirado o monopólio da Antropologia sobre a “etnografia”, instrumento a partir do qual a disciplina foi constituindo sua autoridade ao longo de sua história (CLIFFORD, 1998). Essa perda de monopólio, somada às crescentes demandas por antropólogos fora da academia (em ONG's, órgãos governamentais, ou mesmo na sala de aula

da Educação Básica), traz novos desafios à disciplina e requer uma redefinição da própria identidade e especificidade do saber antropológico.

2. Antropologia na Educação Básica: desafios metodológicos e de transposição didática

Com a promulgação do Parecer do CNE/CEB nº 38/2006, de 7/7/2006, o qual reintroduz a disciplina de Sociologia nos currículos do Ensino Médio, a Antropologia é convocada a refletir acerca de questões referentes ao Ensino Básico e, com isto, construir um novo lócus para debate. O ensino de conteúdos, antes pensados apenas para o Ensino Superior, agora para o Ensino Médio, traz desafios pedagógicos e metodológicos para os professores.

Historicamente, a luta pelo retorno da disciplina de Sociologia à Educação Básica foi levada a cabo por Sindicatos de Sociólogos espalhados pelo Brasil (SINSESP, SINSociólogos/RS, etc.), os quais fomentaram debates nacionais, criaram comissões regionais e fizeram audiências com ministros e secretários de educação. Mesmo considerando a origem desta luta e o fato da disciplina levar o nome de "Sociologia", não podemos esquecer que esta deve ser obrigatoriamente ministrada por um profissional com formação docente em Ciências Sociais, o qual deve conjugar conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, como previsto nas Orientações Curriculares Nacionais (OCN's).

Nesse sentido, cabe à Antropologia refletir acerca de suas relações com a Educação, dado que seus conceitos e temas adentrarão a Educação Básica, ganhando uma nova forma de divulgação fora dos muros acadêmicos. Tal movimento traz diversos desafios, os quais devem ser assumidos pelos antropólogos, tanto em relação à formação de licenciados em Ciências Sociais, quanto ao desenvolvimento de metodologias de ensino que dêem conta da transposição didática dos conteúdos para tal nível de ensino. Assim, é importante pensarmos na operacionalização, ou seja, na forma como o professor poderá trabalhar esses conteúdos em sua sala de aula.

Entendemos que a busca por uma alternativa ao ensino tradicional deve ser a tônica em todas as disciplinas na escola, mas principalmente na Sociologia, dado seu viés problematizador da realidade social, e suas funções de "estranhamento" e "desnaturalização", conforme previstas nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio. No entanto, o que se observa no cotidiano de nossas escolas e na Universidade são esforços muito pequenos no que diz respeito ao desenvolvimento de estratégias para a aplicação dessas concepções em sala de aula.

2.1. A disciplina de Sociologia e a formação de professores

Partimos do pressuposto de que a Antropologia, dentro da disciplina de Sociologia, pode ajudar alunos e professores da Educação Básica a conhecer, relativizar e pensar criticamente a diversidade e a desigualdade que conforma a realidade brasileira, desmistificando noções já naturalizadas e/ou essencializadas acerca do que se entende por raça, cor, etnia, identidade, entre outros. No entanto, estamos longe de um consenso em relação ao modo de se trabalhar essas questões na escola. Um dos obstáculos para o desenvolvimento desse debate está ligado à distinção entre a formação dos bacharéis de dos licenciados em nossas universidades.

Neste sentido, se é verdade que a Sociologia possui um histórico extremamente fragmentado nas escolas brasileiras, o mesmo não é verificado quando estudamos a sua presença no Ensino Superior. Em estudo feito, Meksenas (1995) afirma que o período entre 1925 e 1942 representou os “anos dourados” do ensino de Sociologia, o que corrobora com a idéia de que esta fase foi de extrema importância para a popularização da Sociologia. Na mesma direção, Moraes (2003) argumenta que a maior parte da produção bibliográfica tratando do tema “Ensino de Sociologia” ocorreu entre 1930 e 1960 e que, após esse período, a Sociologia confinou-se no meio acadêmico-científico. A partir disso, temos a raiz da hierarquização entre o ensino acadêmico e o escolar, ficando esse último em uma posição inferior àquele.

Todavia, com o processo de democratização iniciado no final da década de 1980 criam-se condições propícias para a retomada da disciplina de Sociologia nas escolas. Porém, a própria Lei 6.888/1980, regulamentada pelo Decreto 89.531/1984, que trata do exercício da profissão de Sociólogo, cria constrangimentos para os Licenciados, pois reconhece somente os Bacharéis como Sociólogos. O que não ocorre somente na área de Ciências Sociais, mas também em outras áreas como a Geografia, História, Matemática, etc.

Portanto, essa distinção entre Licenciatura e Bacharelado fez com que ocorresse, também, uma desvalorização do papel do educador em nível básico, fato que encontra amparo nas péssimas condições da educação nesse nível de ensino, principalmente na escola pública. Nesse sentido, a desvalorização histórica do professor da educação básica serve como mais um fator na estruturação da mencionada hierarquia. Da mesma forma, observa-se que a produção teórica e as pesquisas sobre ensino de Sociologia também espelham essa quase invisibilidade, onde um breve olhar acaba por constatar um quadro, de certa forma, desolador: pouca produção acadêmica e falta de incentivo para a realização de novas pesquisas em Ciências Sociais e Educação. Contudo, existem mudanças em curso e algumas pesquisas realizadas nos últimos anos têm alimentado o debate, sobretudo, no que se refere à forma

como diferentes conteúdos considerados como de lido complexo no próprio âmbito acadêmico, podem ser trabalhados em níveis inferiores de ensino.

2.2. Transpondo didaticamente os conteúdos

Diante dessa realidade, exposta no item anterior e explorada de forma pormenorizada em outro lugar (RAIZER, MEIRELLES & INGRASSIA, 2006), o Licenciado em Ciências Sociais se depara com dois grandes desafios a sua frente: 1) de conquistar espaço nas escolas, onde egressos de cursos de filosofia, história e geografia ocupam vagas destinadas a eles; e, 2) de pensar o planejamento de suas aulas em função de um público que não está ali para receber uma formação sociológica que se destina à formação de sociólogos. Da mesma forma, o professor de Sociologia precisa adequar sua abordagem no que diz respeito a temas relacionados à Antropologia, permitindo que estes possam ser trabalhados dentro das aulas de Sociologia, uma vez que é sob o jugo desta disciplina que adentramos na educação básica, porquanto.

Neste sentido, retomamos aqui o desafio de operacionalizarmos – a partir do conjunto de conhecimentos que adquiridos em nossa formação acadêmica em Ciências Sociais – estratégias que permitam a um público sem uma vivência nessa área acadêmica e que possui expectativas diversas em relação ao docente e ao conteúdo de Sociologia, cumprir aquilo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina: “o domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Não estaremos formando, portanto, Cientistas Sociais na escola básica, de modo que a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política que aprendemos na graduação deve, obrigatoriamente, passar por um processo de adequação.

Esse processo de adequação, por sua vez, não implica em que fiquemos em uma dimensão aproximada do que conceituamos por senso comum. Sob esta ótica, a tarefa do professor de Sociologia – e também do antropólogo que adentra a sala de aula – reside na busca das pré-noções que existem nos educandos, o qual deve oportunizar a estes a sistematização e o estabelecimento de um diálogo entre os conteúdos escolares e a realidade na qual este está inserido. Dessa forma, aqui fazemos referência a desnaturalização dos aspectos socialmente construídos, de modo que este é um importante objetivo a ser perseguido pelo professor em suas aulas.

E, dessa forma, a realização da transposição didático-pedagógica torna-se o ponto central para o trabalho do professor de Sociologia, a qual, como já escrevemos em outro momento (RAIZER, MEIRELLES & INGRASSIA, 2006), consiste na adequação dos conteúdos teóricos aprendidos na Universidade para o público escolar, sem perder o rigor

analítico que os caracteriza.

Neste sentido, para a efetivação desse objetivo, se partirmos da lógica de construção do conhecimento a partir de uma abordagem construtivista com base nas categorias propostas por Jean Piaget teremos que o processo de construção do conhecimento poderia se dar com base em dois caminhos distintos – não excludentes entre si, mas, sobretudo, complementares – que tanto os alunos como os professores percorrem com vistas à significação/ressignificação de conteúdos trabalhados em sala de aula. Tais caminhos, tecidos a partir da abordagem que aqui propomos, parte da interação dialógica entre aluno e professor e, desses sujeitos com o meio, com as pessoas que os cercam, com o contexto da sala de aula da qual fazem parte. Desse modo, não excluem de forma alguma, portanto, a realidade vivida pelo aluno fora da escola, na sua comunidade, na sua casa.

Todavia, tais caminhos não são físicos e situam-se, sim, na gênese do processo de aprendizagem e na forma como o professor concebe tal processo, em especial, na relação que este mantém com sujeito do conhecimento – o educando. Dessa maneira, é com base na proposição de três modelos hipotético-analíticos que buscamos ilustrar os percursos percorridos, ora pelo professor, ora pelo educando, no processo de ensino aprendizagem de conteúdos relacionados a Ciências Sociais.

Esquema 1: Modelo hipotéticos do processo de construção do conhecimento: refazendo o caminho percorrido pelo professor

Abstrato



Concreto



Abstrato

Esquema 2: Modelo hipotético do processo de construção do conhecimento: refazendo o caminho percorrido pelo Educando

Duas compreensões:

Compreensão 1

Concreto



Abstrato



Concreto

Compreensão 2

Abstrato

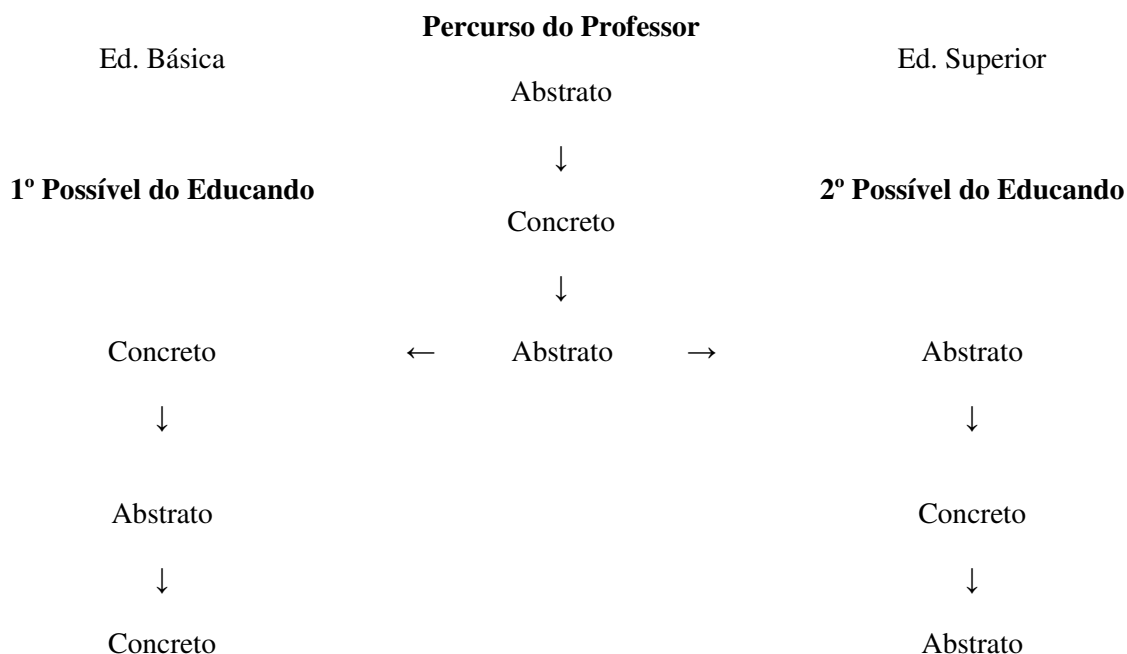


Concreto



Abstrato

Esquema 3: Modelo hipotético do processo de construção do conhecimento em sala de aula a partir da análise do percurso percorrido tanto pelo educando como pelo professor



Disto depreende-se que já conhecemos um dos processos possíveis a partir do qual o conhecimento é construído, tanto pelo aluno como pelo professor, de modo que podemos passar agora a sua operacionalização e aplicação em relação a metodologias de ensino que dêem conta das necessidades impostas para a disciplina de Sociologia em geral, e a Antropologia em específico, no que tange ao cumprimento da Lei 10.639.

3. Antropologia e cultura afro-brasileira: explorando conceitos centrais

Outra importante normatização, que abre espaço para a Antropologia em outros âmbitos, é a Lei nº 10.639, de 9/01/2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", como conteúdo transversal a ser trabalhado nas aulas de Artes, História e Literatura. Essa Lei, como se sabe, é faz parte de um conjunto de políticas afirmativas levadas a cabo pelo governo brasileiro, impulsionadas pelas reivindicações do Movimento Negro e de outros setores da sociedade.

Para que, de fato, estes temas sejam trabalhados de modo profícuo por professores e alunos, é necessário que haja mudanças na formação dos professores das mencionadas disciplinas. Transformações na Educação Básica sempre requerem uma adequação do Ensino Superior, especialmente na área de formação docente. Portanto, notamos que a inserção de conhecimentos de Antropologia, nos cursos de licenciatura em Artes, História e Literatura pode vir, de certo modo, a qualificar a formação desses professores, devido à longa tradição

da Antropologia em tratar de temas e conceitos tais como cultura, etnicidade e identidade. Exploremos um pouco mais essa questão e tentemos pensar como podemos abordar temáticas relacionadas à Antropologia dentro das aulas de História, Literatura e Artes.

Suponhamos que o professor de Artes esteja a trabalhar com os períodos artísticos brasileiros, em específico aqueles relativos à arte sacra, por exemplo. Neste sentido, uma possibilidade para este professor residiria em agregar à sua aula algumas leituras relativas à estética e a arte religiosa afro-brasileira de modo a mostrar ao aluno que tanto o catolicismo como as religiões afro-brasileiras influenciaram a obra de muitos destes artistas. Outra possibilidade interessante residiria, no caso da pintura, na análise comparativa da forma como o negro é retratado ao longo de diversos momentos da história da pintura no Brasil e, de que maneira ele é incorporado ao imaginário nacional, a partir dos anos 30, com a obra de Gilberto Freyre.

Uma outra possibilidade estaria nas mãos do professor de História e de Literatura que poderiam, paralelamente aos conteúdos programáticos de suas disciplinas, mostrar como a identidade e a cultura afro-brasileira foram se conformando ao longo de diferentes períodos históricos e/ou literários e incorporando elementos da cultura européia e indígena, assim como foram introduzindo elementos provindos de sua matriz étnico-cultural africana.

Como vemos, as possibilidades são muitas, bastando para isso um pouco de leitura e traquejo no lido com conceitos da antropologia. Todavia, quando olhamos para a forma como a antropologia é trabalhada no nível superior, fora dos cursos de Ciências Sociais surge-nos outro problema: como podemos mudar a forma como esta é ensinada em outras áreas do conhecimento que não as Ciências Sociais de modo que permita, ao professor, esse movimento que aqui propomos.

4. Antropologia no ensino superior: o “nós” e o “eles”

A discussão acerca das relações entre Antropologia e Educação não pode ser pensada sem se fazer referência à inclusão de disciplinas de Antropologia para diversos cursos de graduação que não as Ciências Sociais, tais como Medicina, Psicologia, Direito, História, entre outros. Enquanto professores universitários, encontramos dificuldade em selecionar materiais específicos para discentes que não serão antropólogos, mas apenas visam obter algumas noções do saber antropológico para aplicar em sua futura prática profissional. Essa dificuldade, mais uma vez, está vinculada à dificuldade da Antropologia em se pensar enquanto ciência aplicada, fato que, dificulta o desenvolvimento e a operacionalização de seus conceitos e teorias para além do *métier* acadêmico da própria Antropologia.

Neste sentido, em pesquisa realizada sobre o ensino de Antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (MEIRELLES & SCHWEIG, 2008) notamos que a presença de disciplinas de Antropologia em outros cursos de graduação não vinha acompanhada de uma adequação dos conteúdos para os fins específicos de cada curso. Havia, portanto, uma ausência de desenvolvimento de estratégias pedagógicas e metodológicas de modo a contemplar as necessidades práticas dos futuros profissionais de outras áreas. Deste modo, constata-se que a presença da Antropologia apenas fornece um “toque humanístico”, sem que se marque a especificidade do saber antropológico e sua relação com a área de atuação dos alunos, a currículos de cursos não muito voltados às ciências humanas.

No âmbito das Ciências Sociais, onde o foco é a formação de futuros cientistas sociais e antropólogos, o ensino de Antropologia tem privilegiado o trabalho de campo, como iniciação obrigatória e “rito de passagem” (DA MATTA, 1987), para o estudante. A dimensão de prática profissional é pensada, também, em termos da pesquisa de campo e da escrita etnográfica, as quais são exercitadas desde o primeiro semestre do curso. No entanto, não há um preparo dos alunos para a atuação fora dos muros acadêmicos – e isso inclui a falta de preparo para atuar no Ensino Médio.

Disto depreende-se que a discussão sobre ensino de Ciências Sociais na Educação Básica raramente é levada a cabo nas disciplinas de Antropologia dos cursos de Ciências Sociais ficando, geralmente, relegada às disciplinas de formação específica para a Licenciatura (Psicologias, Sociologias, Filosofias da Educação) e às disciplinas de estágio obrigatório. Dessa forma, observamos que o diálogo entre a Antropologia e a área da Educação é dificilmente travado.

Considerações Finais

Este paper teve por objetivo contribuir para o debate que envolve a busca de aproximações entre Antropologia e Educação. Tentamos também mostrar que existe um hiato entre a formação do bacharel e do licenciado em ciencias sociais, onde o primeiro ocupa lugar privilegiado em relação ao segundo. A partir deste hiato, na maioria dos casos, pouco se pensa no desenvolvimento de habilidades para a docência em sala de aula e muito na formação de pesquisadores. No entanto, dada a carência de vagas no mercado de trabalho e a impossibilidade da carreira na docência superior absorver a todos os egressos, estes acabam, muitas vezes, nas salas de aula da educação básica, ocupando uma função para a qual não foram preparados em sua formação.

Outra constatação reside na necessidade de realizarmos um movimento de reflexão

sobre nossa própria prática docente de modo a desenvolver formas de operacionalização de conteúdos e temas que são de lido complexo na universidade, para alunos da educação básica – transpondo-os, assim, para este nível de ensino.

Além disso, buscamos provocar uma reflexão acerca do estatuto que a Antropologia ocupa na Universidade e tratá-la de forma séria e comprometida quando direcionada a alunos que dela se utilizam – seja como conhecimento complementar em sua formação profissional em outra área, seja para pensar suas aulas e corroborar para o cumprimento da Lei 10.639, no caso das licenciaturas.

Referências Bibliográficas

ANDRÉ, Marli E. D. A. de. *Tendências atuais da pesquisa na escola*. Cadernos CEDES, v.18, n.43. Campinas, Dez. 1997.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

GUSMÃO, Neusa M. M. de. *Antropologia e educação: Origens de um diálogo*. Cadernos CEDES, v.18, n.43. Campinas, Dez. 1997.

LEAL, Ondina F.; ANJOS, José Carlos G. dos. “Cidadania de quem? Possibilidades e limites da antropologia”. In: *Horizontes Antropológicos*. Ano 5, nº 10, maio de 1999.

MEIRELLES, Mauro; SCHWEIG, Grazielle R. *Antropologia ou Antropologias: o estatuto da disciplina em diferentes cursos de Graduação*. Trabalho apresentado no I Encontro Internacional de Ciências Sociais e III Encontro de Ciências Sociais do Sul. Abril de 2008.

MEKSENAS, Paulo. “O Ensino de Sociologia na Escola Secundária”. In: *Revista Leituras e Imagens. Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação*. Florianópolis: UDESC, 1995.

MORAES, Amaury .C. “Licenciatura em Ciências Sociais e Ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato”. In: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: V. 15, n. 1, abril de 2003.

RAIZER, Leandro. ; MEIRELLES, Mauro. ; PEREIRA, Thiago. I. *Formação do Professor de Sociologia: desafios à profissionalização e prática docente diante da obrigatoriedade da disciplina*. In: Seminário Nacional de Pedagogia Universitária, 2006, Porto Alegre. Anais do Seminário Nacional de Pedagogia Universitária.. Porto Alegre: PUCRS, 2006.